

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)



A Influência da Comunicação 2

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)



A Influência da Comunicação 2

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I43 A influência da comunicação 2 [recurso eletrônico] / Organizador
 Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

 Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-32-4
 DOI 10.22533/at.ed.324201003

 1. Comunicação – Pesquisa – Brasil. 2. Jornalismo. I. Silva,
 Marcelo Pereira da.

CDD 303.48

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Etimologicamente, a palavra “influência” deriva do ato ou efeito de influir, ação que uma pessoa, organização e/ou ator social exerce sobre outrem. Liga-se ao prestígio, ao crédito, à ascendência, ao predomínio e ao poder. Poderíamos dizer, assim, que pensar a influência da Comunicação remete a um universo caleidoscópico, investido de nuances que envolvem sujeitos, nações, narratologias, mídias virtuais e de massa, jornalismo, comunicação pública, publicidade, cinema, produção audiovisual, relações públicas, marcas, etc.

Destarte, este e-book intitulado “A influência da Comunicação 2”, comunga estudos, olhares e análises de pesquisadores de todo Brasil que trafegam pelos campos do jornalismo, da comunicação pública e política, das mídias emergentes, do bios virtual e das práticas/experiências do consumo, contribuindo para a elaboração de uma obra que debate o estatuto da Comunicação em um contexto cada vez mais midiático e permeado pela cultura de consumo.

Carecemos de uma renovação das condições teóricas, epistemológicas, profissionais e metodológicas da Comunicação e do fulcral laço social, tão frágil nas sociedades expostas aos imprevisíveis ventos da globalização, da midiática e do consumo sem bússola. Desta perspectiva, podemos produzir mecanismos analíticos, dados e informações que geram impacto social e auxiliam no entendimento, mas, também, na construção de um mundo melhor e mais justo.

(Re)conhecer a influência da Comunicação para a sociedade, as organizações, os Estados-nação e os sujeitos, tornou-se *sine qua non* para a gestação da paz, a redução das desigualdades econômicas, culturais e sociais. Assim como a política perpassa o tecido social, a Comunicação, igualmente, se entrama por esse tecido, o define, o significa, o ressignifica e o constitui.

Necessitamos admitir os desafios, desvios e dificuldades da Comunicação, abraçando as oportunidades, esperanças, possibilidades e influências que dela efluem.

Marcelo Pereira da Silva

CAPÍTULO 1	1
“VOCÊ VÊ. VOCÊ LÊ. VOCÊ OUVI”: A CONVERGÊNCIA ENTRE RÁDIO, ON-LINE E JORNAL EM GAÚCHAZH	
Guilherme Jancowski de Avila Justino Luiz Artur Ferraretto	
DOI 10.22533/at.ed.3242010031	
CAPÍTULO 2	14
APONTAMENTOS E INFERÊNCIAS PARA UMA TEORIA DA DOGMATIZAÇÃO NA LINGUAGEM JORNALÍSTICA	
Marcos Reche Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.3242010032	
CAPÍTULO 3	27
DE ELOÁ A ELAINE: IMPRENSA E O ASSASSINATO DE MULHERES BRASILEIRAS	
Nealla Valentim Machado	
DOI 10.22533/at.ed.3242010033	
CAPÍTULO 4	40
REGIONALIZAÇÃO E REDAÇÕES CONVERGENTES: ESTRATÉGIAS MERCADOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO	
Amanda Lais Pereira Noletto Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.3242010034	
INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA	
CAPÍTULO 5	52
COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA INTERCESSÃO NECESSÁRIA À DEMOCRACIA	
Kênia Augusta Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.3242010035	
CAPÍTULO 6	63
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E A COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO	
Petter Ricardo de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3242010036	
CAPÍTULO 7	76
DISCURSOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS NO FACEBOOK E NO TWITTER DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	
Karen dos Santos Correia Douglas Junio Fernandes Assumpção	

Analaura Corradi

DOI 10.22533/at.ed.3242010037

CAPÍTULO 8 89

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NAS REDES SOCIAIS VIRTUAIS: UMA ANÁLISE DAS *FANPAGES* DE UNIVERSIDADES FEDERAIS MINEIRAS

Pedro Augusto Farnese de Lima

Laura Chediak de Souza Trevisani

DOI 10.22533/at.ed.3242010038

CAPÍTULO 9 103

O CINEMA IRANIANO DE ABBAS KIAROSTAMI E JAFAR PANAHÍ: ESTRATÉGIAS DE UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Kaio César Monteiro Orsini

DOI 10.22533/at.ed.3242010039

INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE CONSUMO, MARCAS E PUBLICIDADE

CAPÍTULO 10 116

CLUBE DA ALICE: COMO O GRUPO NO *FACEBOOK* INFLUENCIOU O COMPORTAMENTO DE CONSUMO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE MULHERES CURITIBANAS

Bruna Marrocos Slongo

DOI 10.22533/at.ed.32420100310

CAPÍTULO 11 126

COMUNICAÇÃO PERSUASIVA E MERCADOLÓGICA: FOLKCOMUNICAÇÃO E FOLKMARKETING NO FESTIVAL DE PARINTINS – AM

Ana Paula Almeida Miranda

DOI 10.22533/at.ed.32420100311

CAPÍTULO 12 141

A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR COMO PROCESSO COMUNICATIVO, INTERACIONAL E INTERATIVO: CONSIDERAÇÕES NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

Solange de Fátima Wollenhaupt

Lúcia Helena Vandrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.32420100312

CAPÍTULO 13 152

PUBLICIDADE INFANTIL: PANORAMA DE PEÇAS APÓS A PROIBIÇÃO LEGAL

Juliane de Sousa Ramos

Jhonatan Oliveira Domingos

Tatiane Munhoz Freitas

Aguinaldo Pettinati

DOI 10.22533/at.ed.32420100313

A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NO BIOS VIRTUAL – ANÁLISES E CASOS

CAPÍTULO 14	155
MIDIATIZAÇÃO, (IN)COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DA CASA DO BRASIL DE LISBOA E DAS MULHERES IMIGRANTES BRASILEIRAS EM PORTUGAL	
Jéssica de Cássia Rossi Marcelo Pereira da Silva Raquel Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.32420100314	
CAPÍTULO 15	169
O DEBATE ON-LINE SOBRE A ÉTICA NA CIÊNCIA NO CASO HE JIANKUI: OPORTUNIDADES, LIMITES E DESAFIOS DA POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA	
Renata de Lima Sousa Ivânia Maria Carneiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.32420100315	
CAPÍTULO 16	184
FEMINISMO, ATIVISMO ONLINE E ORGANIZAÇÕES EM AMBIÊNCIA DIGITAL: USO DAS HASHTAGS #ASSÉDIOÉCRIME E #NÃOÉNÃO NO CARNAVAL 2018	
Gisela Maria Santos Ferreira de Sousa Maria do Carmo Prazeres Silva	
DOI 10.22533/at.ed.32420100316	
CAPÍTULO 17	196
BOLSONARO: ANTAGONISMOS EM SEU PRÓPRIO GOVERNO	
Gabriel de Medeiros Vaz Rafael Rocha Jaime	
DOI 10.22533/at.ed.32420100317	
CAPÍTULO 18	207
FOTOGRAFIA DE FAMÍLIA ENQUANTO <i>HABITUS</i> DENTRO DO NOSSO AMPLO PRESENTE	
Emmanuel Alencar Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.32420100318	
INFLUÊNCIA DE MÍDIAS EMERGENTES, CINEMA E NARRATOLOGIA	
CAPÍTULO 19	217
POR QUE MARATONAMOS? REFLEXÕES SOBRE <i>BINGE WATCHING</i> A PARTIR DA ABORDAGEM DO USO E GRATIFICAÇÕES	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.32420100319	
CAPÍTULO 20	230
CHANTAL AKERMAN E O CINEMA INTELECTUAL EISENSTEINIANO	
Izabele Caroline Leite Medeiros Laís Rodrigues Coelho Pêgas	
DOI 10.22533/at.ed.32420100320	

CAPÍTULO 21	241
NO BAIRRO E NO MUNDO, ATIVIDADE ARTÍSTICA JURUNENSE: DE GABY AMARANTOS À LEONA VINGATIVA	
Izabele Caroline Leite Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.32420100321	
CAPÍTULO 22	251
ESTRUTURAS NARRATIVAS E ENGAJAMENTO EM HUMANS OF NEW YORK	
Emilio José de Sant'Anna Neto	
DOI 10.22533/at.ed.32420100322	
CAPÍTULO 23	264
STREAMING E NARRATIVA COMPLEXA: UMA ANÁLISE DE <i>A MALDIÇÃO DA RESIDÊNCIA HILL</i>	
Alexandre Tadeu dos Santos Matheus Fonseca Bolentine	
DOI 10.22533/at.ed.32420100323	
CAPÍTULO 24	277
AS NOVAS MÍDIAS E A INTERATIVIDADE COGNITIVA: ALIKE	
Ana Elisa Pillon Luciane Maria Fadel Vania Ribas Ulbricht	
DOI 10.22533/at.ed.32420100324	
SOBRE O ORGANIZADOR	285
ÍNDICE REMISSIVO	286

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA INTERCESSÃO NECESSÁRIA À DEMOCRACIA

Data de aceite: 02/03/2020

Kênia Augusta Figueiredo

Doutora em Comunicação pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília/UnB. Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Professora do Departamento de Serviço Social/UnB.

E-mail: figueiredo.kenia@gmail.com

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

RESUMO: Este artigo sobre a importância da intercessão entre a comunicação pública e a política de Assistência Social decorre da pesquisa realizada nos Centros de referência de Assistência Social - Cras junto a técnicos e usuários, entre março de 2014 a janeiro de 2015, em municípios diferenciados, nas cinco regiões geográficas do país. A partir da reflexão que se referencia no conceito clássico de Comunicação Pública como um direito humano o estudo evidenciou, dentre outras coisas, o potencial de contribuição que essa transversalidade possui para o fortalecimento da democracia, ainda que sob a égide do neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública; Assistência Social; Democracia; Cidadania.

PUBLIC COMMUNICATION AND SOCIAL ASSISTANCE POLICY: A NECESSARY INTERCESSION FOR DEMOCRACY

ABSTRACT: This article is on the importance of intersecting public communication and Social Assistance policy. It was made from research realized on Reference Social Assistance Centers (in Portuguese, Centros de referência de Assistência Social or Cras) together with technicians and users, between March 2014 and January 2015, in different cities among the five geographic regions of the country. Starting from reflecting the classic concept of Public Communication as a human right, the study pointed, among other conclusions, the potential contribution that this transversality has in the fortification of democracy, even looking through the aegis of neoliberalism.

KEYWORDS: Public Communication; Social assistance; Democracy; Citizenship.

INTRODUÇÃO

Este artigo sobre a intercessão entre comunicação pública e a política de Assistência Social para o fortalecimento da democracia advém da pesquisa realizada nos Centros de referência de Assistência Social - Cras junto a técnicos e usuários, no período de março de

2014 a janeiro de 2015, em cinco municípios de porte habitacional diferenciado, nas cinco regiões geográficas do país¹.

A importância desse tema tem relação com o que Bobbio (1992) denominou de gravidade do problema atual. Para esse autor, os direitos do homem, a democracia e a paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico. Não é possível existir democracia sem o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem. Tampouco é possível haver paz sem as condições necessárias à vida.

A análise dos dados apurados² se fundamentou no materialismo histórico dialético, bem como nas principais características e funções clássicas do conceito de Comunicação Pública o que permitiu evidenciar o potencial de contribuição que essa transversalidade possui para o fortalecimento da democracia, mesmo sob a égide do neoliberalismo.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UM ETOS PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA

Embora a Comunicação Pública seja um conceito ainda em construção, esta advém no mesmo rastro do processo de redemocratização do país que possibilitou: a produção de alterações nas estruturas do Estado, das instituições privadas, do terceiro setor, além da pressão social pela implantação das políticas públicas sociais. Alguns pesquisadores brasileiros³ tem se debruçado na perspectiva de compreender e definir o conceito de Comunicação Pública, dialogando inclusive com autores no exterior do país. No geral, há um reconhecimento de que a comunicação nas instituições públicas, estatais ou não, deve estabelecer uma interlocução ativa com o receptor, não devendo, portanto, contentar-se com os princípios utilizados no mercado de produtos ou no *marketing*, e sim articulados ao espírito da publicidade. De acordo com Duarte (2009, p. 60), o interesse recente dos comunicadores que

1 A pesquisa e análise dos dados podem ser aprofundadas por meio da tese de doutorado “Comunicação Pública e Assistência Social: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/Cras”, elaborada por esta autora, defendida na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, em fevereiro de 2016.

2 Importa esclarecer que essa pesquisa foi realizada no período que envolveu parte dos mandatos de Dilma Rousseff, sendo anterior ao golpe político. Embora o país assista a partir do governo Temer (2016/2018) e principalmente após a posse de Jair Bolsonaro (1º de janeiro 2019) o desmonte das políticas sociais e a fragilização das instituições públicas, comprometendo o Estado de direito e a democracia compreende-se que esta pesquisa mantém sua validade em virtude das contribuições que ela pode ofertar àqueles que operam o Sistema Único de Assistência Social e aos que se colocam no campo da resistência contra os desmontes por meio do controle social.

3 Ao longo do desenvolvimento da pesquisa vários artigos e teses foram consultados. Alguns tratavam da relação entre a comunicação pública e outras áreas das políticas públicas, em especial a Saúde. Mas importa destacar a contribuição do prof. Murilo Ramos (2005) sobre a necessidade de que a comunicação pública seja reconhecida enquanto política pública essencial, tal como políticas públicas para os segmentos de saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outros. Importa destacar também produções na esfera pública estatal, referenciadas, em especial, nas experiências dos conselhos na área da Saúde e ainda, as publicações sobre a conceituação de Comunicação Pública. Destacam-se os livros: *Comunicação Pública – Estado, mercado, sociedade e interesse público*, organizado por Jorge Duarte, e o livro *Comunicação Pública – interlocuções, interlocutores e perspectivas*, organizado por Heloiza Matos, dentre outras publicações na Revista *Organicom*, em especial a edição de número 4, de 2006.

atuam nos três poderes tem reconhecido a Comunicação Pública na atualidade como:

Uma expressão que não especifica um conjunto de conhecimentos, áreas, profissões ou estruturas estando mais próximo de se caracterizar como um ethos, uma postura de perceber e utilizar a comunicação como um instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania.

Nessa perspectiva, a Comunicação Pública diz respeito a uma dinâmica de informações na esfera pública, que pode inclusive chegar ao seu destinatário final por meio de reinterpretações e ou mediações, mas que objetiva, no geral: informar, consultar, deliberar, negociar e corresponsabilizar os cidadãos e ou consumidores em assuntos sempre de interesse geral. Nesse sentido, autores como Lópes (2003, p. 1 *apud* Koçouski, 2013, p. 45) consideram que a comunicação pública nasce da relação que existe entre comunicação e política, considerando que o público é aquilo que é de todos e que a política é a arte de construir consensos. Daí ser possível ela se constituir em algumas dimensões, inclusive as de caráter mobilizatório.

No Brasil, a compreensão consensual é de que a Comunicação Pública é um conceito que tem sua origem na comunicação governamental, embora não se confunda com ela. Matos (2009) considera que a comunicação de governo pode contribuir para o fortalecimento do debate público, sem, contudo, haver mudanças no status dos cidadãos, visto que, de acordo com Brandão (2009), a comunicação pública identificada como ação governamental teria de desenvolver ações voltadas para a cidadania, as quais não ocorreriam por meio do embate argumentativo, mas por meio de quatro ações. Seriam elas: i) campanhas ligadas aos direitos dos cidadãos vinculados ao direito à assistência social, moradia, saúde e empregos, que devem despertar o sentimento cívico e a noção de cidadania; ii) campanhas de prevenção social voltadas para a higiene, segurança, educação e outros que objetivam mudanças de comportamento e de compreensões da realidade; iii) convocação dos cidadãos para o cumprimento de seus deveres, tais como alistamento militar, declaração de imposto de renda, entre outros; iv) realização de campanhas para melhorar a imagem pública do próprio governo.

Ainda de acordo com Matos (2009; 2013), mudar o status dos cidadãos envolve mais que estratégias de convencimento, publicização de fatos e regulação social. É necessário o investimento no diálogo e na busca coletiva pelo entendimento, com vistas a soluções de questões de interesse público. Daí ser necessário compreender que a Comunicação Pública é muito mais que uma relação entre o governo e o povo, competindo a este assegurar os meios que favoreçam relações democráticas e inclusivas entre o Estado e a sociedade. Dessa forma, compreende-se que o Estado é o único, entre os demais sujeitos (promotores ou emissores) envolvidos

nas dimensões da Comunicação Pública, que age pelo dever de informar, uma vez que é no âmbito estatal que ocorre o reconhecimento do direito do cidadão e no qual deve estar assegurado o princípio da impessoalidade (Kçouski, 2013; Matos 2009). Trata-se de um princípio constitucional (CF-88. Artigo 37) em que se deve excluir a promoção de autoridades ou servidores públicos, partidos políticos, entre outros, sobre as realizações administrativas. Nesse sentido, entende-se ser uma característica intrínseca a esse campo de atuação da Comunicação Pública a dimensão ética comprometida com o interesse público, “sem a qual ela deixa de existir enquanto conceito” (Kçouski, 2013, p. 54).

Outro aspecto que também requer um aprofundamento nessa dimensão diz respeito à comunicação normativa, na qual se torna impensável a relação de troca entre Estado e cidadãos sem que estes últimos não compreendam as leis. Haswani (2013) aponta que, no Brasil, o caráter patrimonialista do estamento burocrático sempre privilegiou as classes dominantes desde o período colonial. A autora contribui com a ideia de que, ao longo da história do Brasil, a cúpula do poder sempre privilegiou e apadrinhou seus pares com cargos e vantagens, sendo que muitos desses apadrinhados vinham de universidades europeias, o que propiciou a criação de mecanismos de organização e controle da sociedade de forma a demonstrar a superioridade e o poder dos governantes, considerando-se o discurso rebuscado, com palavras incompreensíveis para uma massa de analfabetos e iletrados.

Essa prática de elaborar os documentos administrativos não em função do destinatário final adentrou a cultura política brasileira, comprometendo o exercício democrático, dado que o conhecimento e a compreensão das leis são a base da comunicação pública e pré-condição para uma relação consciente entre o Estado e o cidadão. A Comunicação Pública, portanto, deve atuar para reduzir as diferenças de compreensão da realidade promovida historicamente pela desigualdade social com o apoio de uma comunicação governamental elitista e centralizadora.

Para Matos (2006) e Brandão (2009, p. 9) existe, entre tantas compreensões, um ponto comum no entendimento sobre a comunicação pública: a de que ela se refere a um “processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade, com o objetivo de informar para a construção da cidadania”. Koçouski (2013) colabora com a compreensão de que a Comunicação Pública ocorre quando há o reconhecimento pelo agente de prestar um atendimento em que esteja assegurado o direito do cidadão à informação e à participação em assuntos relevantes à condição humana ou na vida em sociedade de forma a colaborar para que o debate se desenvolva até o nível de negociações e construção de consensos. Dessa forma, a Comunicação Pública pode ser identificada não só no âmbito do controle social como também no cotidiano das políticas sociais, uma vez que parte do controle social é representado pelos usuários dos serviços, a exemplo do Conselho Nacional

e alguns conselhos estaduais e municipais da Assistência Social.

No campo da prestação de serviços ao cidadão por meio das políticas públicas sociais ocorrem processos comunicativos entre o Estado e o cidadão, mediados por agentes públicos estruturados e organizados sob diretrizes técnico-ético-políticas que podem estar coadunados ou não com os princípios da Comunicação Pública. De qualquer forma, trata-se de um espaço público constituído por fluxos de informação e interação entre agentes públicos e sujeitos sociais mediados pelo interesse geral. Nesse sentido, importa reconhecer que a Comunicação Pública, embora ocorra em um vasto campo e sua conceituação ainda ser um desafio, é realidade, sendo possível identificá-la a partir de sua singularidade e de suas formas como apresentado a seguir.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: FORMAS E SINGULARIDADE QUE SE ENTRECruzAM

Embora a política de Assistência Social seja uma política em disputa entre as forças conservadoras e as que se colocam no campo de defesa do direito social, a pesquisa evidenciou uma proximidade entre o conceito de Comunicação Pública e o que vinha sendo desenvolvido na Assistência Social por meio dos tipos de mensagens (Duarte, 2009), em que pese a ausência de reflexão aprofundada a respeito do direito à comunicação e as particularidades da própria política, o que faz gerar precariedades, comprometendo o desenvolvimento da Comunicação Pública. No entanto, é possível perceber um potencial, considerando-se que o que é praticado pode ser melhorado ou superado, no caso de haver vontade política inclusive para o enfrentamento das práticas conservadoras.

Ao abordar o tipo de mensagem institucional verifica-se que há o contato direto entre usuário e equipe de referência no cotidiano, a existência de materiais impressos informativos e a utilização de redes sociais, em especial o Facebook, estando os equipamentos próximos aos usuários e estes, por sua vez, satisfeitos com o atendimento das equipes de referência do Cras. No entanto, o material é produzido pelos próprios técnicos, o que dificulta a produção de instrumentos na justa medida, acarretando problemas na comunicação e a necessidade de esclarecimentos a respeito das especificidades da política, tendo como consequência o não reconhecimento por parte dos usuários e da sociedade em geral.

Em relação ao tipo de mensagem que diz respeito às informações de gestão, o que se percebe é que com o advento do Suas houve uma maior circulação interna das informações, deliberações, normativas e capacitações, por meio de materiais impressos e de tecnologias ligadas à internet. Porém, houve uma dificuldade por parte dos agentes gestores dirigentes em assegurar a comunicação enquanto uma política

de gestão, não afirmando, portanto, a Assistência Social como política pública. Não houve estratégias de comunicação de massa e tampouco com a mídia comercial, acarretando, assim, em muitas incompreensões por parte do público usuário e a quase invisibilidade da área como política pública. Assim, conceitos básicos como Assistência Social, assistente social, Serviço Social, acompanhamento familiar, entre outros são sempre confundidos.

As informações do tipo de utilidade pública dizem respeito às informações que estão relacionadas ao dia a dia das pessoas, portanto, estão ligadas à Assistência Social, à rotina dos Cras, aos atendimentos individuais e às reuniões coletivas realizadas com fins educativos. Percebe-se que houve uma comunicação direta por meio da escuta e do diálogo entre a equipe de referência e os usuários, seja individual, coletiva ou comunitária, sendo que a proximidade do local de moradia favoreceu a uma maior compreensão a respeito da cultura dessas pessoas. Contudo, faltou uma melhor identificação do técnico, afinal, apenas a utilização de uniformes não assegura transparência. Constatou-se a necessidade de um suporte de comunicação adequado, por parte das prefeituras, às atividades internas e externas na comunidade. Além disso, em alguns Cras visitados, a forma de garantir a participação dos usuários pelos técnicos reproduz relações autoritárias, paternalistas e tuteladas, que reforçam a subalternidade, de partida negligenciando as normativas e as suas finalidades, o que, do ponto de vista da Comunicação Pública, é irreparável, considerando-se o seu compromisso com a democracia e o atendimento ao cidadão como meio e meta de todo o trabalho.

A Prestação de Contas é um tipo de informação que prevê a apresentação e esclarecimentos sobre as decisões políticas e sobre o uso de recursos públicos, inclusive de ordem orçamentária e financeira. A Assistência Social possui uma gestão compartilhada entre os entes federados e conta com controle social. De dois em dois anos são realizadas as conferências nacional, estaduais e municipais, para a avaliação e a deliberação de diretrizes para a política. Em todo o país estão em funcionamento os Conselhos de Assistência Social no âmbito nacional, estaduais e municipais, e os repasses financeiros ocorrem somente por meio dos Fundos de Assistência Social (nacional, estadual e municipal) sob o monitoramento do controle social. Apesar disso, a prestação de contas é limitada aos operadores do sistema, em linguagem pouco acessível.

Já as informações do tipo de interesse privado que são aquelas que dizem respeito exclusivamente ao cidadão ou às instituições privadas podem ser observadas nos Cras por meio das orientações e acompanhamentos a indivíduos e às famílias inseridas nos serviços e nos benefícios sociais. Percebeu-se um compromisso e um esforço da equipe técnica em viabilizar esse direito do cidadão, havendo uma variedade de canais para comunicação direta, mas também o potencial de uma

comunicação virtual já que os usuários, em geral, têm acesso às novas tecnologias de comunicação. No entanto, a infraestrutura é precária, o que acarreta, muitas vezes, em negligência e em desrespeito com o usuário, como ocorre principalmente em relação ao Programa Bolsa Família.

A informação do tipo mercadológico refere-se à divulgação de concorrências públicas. A política de Assistência Social obedece às regras da administração pública quanto a compras de material de consumo e de investimentos. No entanto, possui uma especificidade em relação ao que se denomina de rede socioassistencial. Trata-se de uma parceria, entre as entidades da sociedade civil com o Estado, por meio da qual são repassados recursos financeiros públicos para a prestação de serviços assistenciais. Desde a era Vargas, a relação com as entidades filantrópicas sempre foi decidida pelo próprio Presidente da República, seguido pelo Congresso Nacional e, posteriormente, pelo Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), cuja composição envolvia políticos e pessoas da elite, que fornecia o título de filantropia com vistas à isenção de impostos. Ao longo da história ocorreram muitas denúncias envolvendo algumas dessas entidades, o que suscitou, após a Constituição de 1988, o debate sobre o papel do Conselho Nacional de Assistência Social em relação ao registro das entidades e de concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas). Em novembro de 2005, foi aprovada uma Resolução pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que definiu sobre as características essenciais para o reconhecimento e para o registro de entidades de Assistência Social nos conselhos de Assistência Social. A partir dessa Resolução não se caracterizam como entidades e organizações de assistência social as entidades religiosas, os templos, os clubes esportivos, os partidos políticos, os grêmios estudantis, os sindicatos e as associações que visem somente ao benefício de seus associados, que dirigem suas atividades a público restrito, categoria ou classe. Em que pese a seleção da rede filantrópica, isso não quer dizer que a concepção majoritária entre esses prestadores de serviços socioassistenciais seja a da assistência social como um direito à proteção social, haja vista o perfil religioso e político de muitas dessas entidades.

Quanto ao tipo de mensagem que disponibilizam os dados públicos, isto é, os dados produzidos pelo Estado que dizem respeito à coletividade, como, por exemplo, as leis, as normas, os estudos e as estatísticas, na Assistência Social todas as leis e normativas foram disponibilizadas em versões impressas e no site do MDS. Em todos os eventos da área sempre havia um estande do ministério para distribuição gratuita desses materiais.

Outra ferramenta criada em 2007, foi o Censo Suas, regulamentado pelo Decreto 7.334/2010. Trata-se de um processo de monitoramento que coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas secretarias e pelos conselhos

de Assistência Social anualmente, no decorrer do segundo semestre de cada ano. O Censo Suas se consolidou como um dos principais instrumentos para o planejamento e para o monitoramento da Assistência Social ao produzir informações que permitiram o acompanhamento das unidades gestoras e prestadoras de serviços do Suas, bem como do controle social, estando disponível no site do MDS para acesso da sociedade em geral.

Esses materiais, porém, só existem em versões para gestores e técnicos. Somente em 2005 e em 2006 foi distribuída pelo MDS uma revista com uma história em quadrinhos que informava sobre o Suas, a sua organização e a sua estrutura, bem como sobre o controle social. Foram distribuídos 80.000 exemplares, porém, essa publicação nunca esteve disponível virtualmente.

Quanto às formas da Comunicação Pública apontadas por Zémor (2009), na Assistência Social podemos considerar que, em relação à estrutura de organização, de armazenagem e de socialização da informação, foram feitas algumas alterações, como, por exemplo, a recente reformulação do site do MDS, melhorando a organização, o que otimiza as buscas e o acesso às informações. No site, havia um investimento também em relação à acessibilidade. Além disso, o Censo Suas havia se configurado como uma ferramenta de planejamento e já foi premiado no 16º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, em 2011. Contudo, o acesso dos usuários aos dados continuou sem investimento, não havendo canais com linguagem acessível e nem o incentivo ao acesso para aqueles que já usam a internet.

Em relação ao espaço de recepção, podemos concluir que os Cras adotaram a identificação indicada pelo MDS e os imóveis próprios propiciam uma recepção próxima ao entendimento da recepção da Comunicação Pública. Porém, a presença de equipamentos multimídia nos Cras não quer dizer que haja oferta de informações numa linguagem ajustada ao público usuário e nem tampouco os assuntos disponibilizados na maioria pela TV aberta são compatíveis com uma cultura emancipadora. Além disso, nenhum técnico estava identificado com nome e função, embora estejam uniformizados na maioria dos lugares.

Quanto à escuta e o diálogo, eles compõem o cotidiano dos Cras e são os principais instrumentos de trabalho junto aos usuários. Percebe-se que ambos requerem tempo e capacidade de mediação do técnico em relação ao usuário. Essas duas ações são apontadas pelos trabalhadores como um grande desafio, considerando-se que, de acordo com os técnicos, o tempo requerido é incompatível com o desempenho de outras muitas atividades e, em relação à linguagem, é comum os comentários sobre a necessidade de qualificação e de revisão, uma vez que a linguagem oral utilizada precisa ser uma linguagem ajustada ao perfil do usuário, e o conteúdo compatível com uma abordagem emancipadora.

Sobre as Campanhas de informação de interesse geral, há uma adesão

nacional das duas campanhas⁴ cujos indicadores sociais no país são relevantes e que ocorrem principalmente porque o governo federal assegura recursos financeiros para a realização delas. Percebe-se o empenho das equipes de referência dos Cras para a realização de tais campanhas em articulação com a rede. No entanto, além de os recursos financeiros serem poucos, não há um apoio de profissionais de comunicação para a produção de materiais para visibilidade do evento. Muitas vezes, são reproduzidos os nomes das campanhas sem nenhum ajuste, o que produz faixas longas e inadequadas inclusive às ruas estreitas da maioria das cidades, que, por sua vez, são de pequeno porte.

A respeito da comunicação interna, da publicidade dos serviços e da valorização da política institucional, o que se percebeu em relação à comunicação interna é que ocorreram mudanças significativas, mas, em relação à comunicação externa, seja para o público atendido ou para a sociedade em geral, ou ainda para as políticas sociais setoriais, parceiros da rede privada e a mídia, entre outros, a ausência de investimentos foi total, o que comprometeu não só a legitimidade e desenvolvimento da política, mas também a própria democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida para consolidar uma intercessão entre a comunicação pública e a política de Assistência Social há um longo caminho ainda a ser percorrido. Embora o Sistema Único de Assistência Social - Suas seja a materialização de uma luta histórica dos movimentos sociais pela assistência social em se transformar em uma política pública, sua implantação, tendo o *neoliberalismo à brasileira* como o fio condutor que não cessa de reeditar o clientelismo e a subalternidade, exige daqueles que constituem as forças em presença e que lutam pelos direitos humanos e sociais muita persistência, criatividade e, contraditoriamente, abnegação, voluntarismo e messianismo. principalmente no que diz respeito à produção de instrumentos na justa medida para a comunicação com os/as usuários/as, além de uma maior articulação entre os tipos, formas e à singularidade da Comunicação Pública.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que embora a precariedade intencionada na política de Assistência Social seja predominante, quase hegemônica, há vários focos de resistência expressos nas formas e singularidades da Comunicação Pública que em se superando seus limites possibilitam processos comunicativos com a capacidade de qualificar o entendimento sobre a política de Assistência Social e o cotidiano, estimulando o protagonismo, a cidadania e a democracia.

É entre contradições e mediações que a história dos homens é construída, sendo a antítese a alma da dialética, uma vez que toda realidade social gera, por meio

⁴ Trata-se das campanhas de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a de combate ao trabalho infantil.

da dinâmica interna própria, o seu contrário. E tem sido desse modo a construção da democracia e das políticas públicas neste país em que pese o capitalismo nesse estágio desmontar os direitos trabalhistas, recuar os direitos sociais, retroceder a democracia e expor como nunca o meio ambiente planetário a uma devastação sem precedentes, sem significar, contudo o fim da história, mesmo com todo o poder da alienação histórica, capaz de fazer atravessar séculos e fronteiras concepções ideológicas opressoras, preconceituosas e segregadoras.

Daí ser fundamental, uma vez que é por meio da práxis que se vinculam as condições objetivas e subjetivas para a superação e desenvolvimento do ser social reconhecer a comunicação como um direito humano integrado às políticas sociais e a importância da presença dos profissionais da comunicação na área já que a comunicação pública é uma unidade dialética entre a dimensão humana e técnica da comunicação, conforme indicou Gomes (2007).

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 13ª impressão. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BRANDÃO, Elizabeth. “Conceito de comunicação pública”. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge. “Instrumentos de Comunicação Pública”. In: _____. **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2007.

HASWANI, Mariângela. “O discurso obscuro da lei”. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

KOÇOUSKI, Marina. “Comunicação pública: construindo um conceito”. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MATOS, Heloisa; GIL, Patrícia Guimarães. “Quem é o cidadão na comunicação pública?” In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública**: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2013.

_____. Comunicação Política e Comunicação Pública. **Revista Organicom**, ano 3, n. 4, USP, São Paulo, 2006.

_____. “Comunicação pública, esfera pública e capital social”. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ZÉMOR, Pierre. As formas da Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge. **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **Censo SUAS 2014** – Resultados Nacionais, Secretarias Municipais de Assistência Social, Gestão Municipal. Brasília, Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Abril de 2015. (Mimeo)

BRASIL. **Censo SUAS 2014** – Resultados Nacionais, Centros de Referência da Assistência Social, CRAS. Brasília, Coordenação Geral de Vigilância Socioassistencial. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Abril de 2015. (Mimeo)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abbas kiarostami 103, 104, 105, 107, 109, 110, 112, 113, 114, 115
Alike 277, 279, 280, 281, 282, 283
Análise de conteúdo híbrida 89, 90
Análise do discurso 76, 79, 82
Assédio 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 258, 259
Assistência social 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62
Ativismo online 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 195

B

Binge watching 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228

C

Chantal akerman 230, 231, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240
Cibercultura 4, 87, 101, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 157, 182, 183, 267, 276, 285
Cinema intelectual 230, 231, 232, 235, 239
Cinema iraniano 103, 104, 109, 111, 114
Close reading 277, 280, 284
Clube da alice 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124
Compras online 116, 121
Comunicação 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 27, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 116, 119, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 194, 195, 196, 197, 202, 213, 215, 216, 222, 223, 229, 241, 248, 249, 253, 261, 262, 264, 266, 274, 278, 279, 283, 285
Comunicação mercadológica 92, 126, 127, 135, 137
Comunicação organizacional 89, 90, 91, 101, 103, 136, 137, 167, 184, 195
Comunicação política 61, 103
Conar 152, 153, 154
Conhecimento 18, 19, 23, 25, 31, 38, 41, 45, 55, 72, 76, 79, 80, 89, 90, 91, 93, 97, 100, 127, 142, 143, 144, 147, 150, 171, 172, 173, 174, 176, 182, 188, 198, 208, 210, 222, 255, 261, 275, 277, 285
Consumidor 2, 7, 30, 127, 128, 141, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 154, 195, 221, 265, 266, 267, 275, 285
Consumo 5, 7, 48, 58, 70, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 201, 212, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 245, 251, 257, 261, 264, 267, 268, 271, 275, 285
Convergência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 40, 42, 47, 48, 49, 50, 195, 264, 265, 266, 267, 272, 275, 276

Cortes na educação 76, 79, 82, 83, 84, 85
Cultura popular 126, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 138, 241, 245, 275
Curitiba 75, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 151, 195, 207

D

Democracia 52, 53, 57, 60, 61, 65, 69, 77, 78, 144, 158, 161, 186, 205
Dogmatismo 14
Dogmatização na linguagem 14, 15, 25

E

Engenharia genética 169, 170, 179
Ética 33, 55, 65, 152, 153, 159, 169, 178, 179, 181, 182, 203

F

Facebook 6, 56, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 93, 94, 98, 101, 116, 117, 119, 120, 121, 124, 149, 150, 164, 251, 252, 254, 262, 263
Ficção seriada 217, 218, 264, 265, 266, 267, 268, 271
Folkcomunicação 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139
Folkmarketing 126, 128, 130, 131, 135, 136, 137, 139
Forma e conteúdo 30, 230, 231, 232, 234, 235, 237, 238, 239, 242
Fotografia 30, 198, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 278
Fotografia de família 207, 208, 209, 210, 213, 215

G

Gaby amarantos 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250
Gaúchazh 1, 5, 6, 8, 9, 12

H

Habitus 135, 207, 209, 210, 213, 214, 215
Hashtag 184
He jiankui 169, 170, 177, 178
Humans of New York 251, 252, 253, 254, 256, 257, 261, 262

I

Identidades 44, 86, 144, 180, 187, 207, 213, 248, 249, 250
Imaginário 3, 30, 32, 38, 91, 196, 199, 201, 212, 216, 242, 278
Interatividade 3, 46, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 165, 172, 177, 178, 183, 277, 279, 280, 281, 282, 283

J

Jornalismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 50, 51, 133, 134, 196, 206, 251, 252, 253, 255, 256, 262, 285
Jurunas 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250

L

Lei de acesso à informação 63, 64, 65, 68, 69, 70

M

Manifestação artística cultural 103

Maratona 217, 221, 224, 228

Mídia 4, 5, 12, 14, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 50, 57, 60, 77, 82, 86, 88, 101, 118, 132, 135, 141, 143, 147, 150, 155, 159, 162, 163, 168, 189, 195, 205, 218, 221, 222, 239, 241, 246, 248, 250, 264, 266, 267, 277, 278, 279, 283, 285

Mitologia 196, 203

N

Narrativa 16, 18, 35, 109, 148, 212, 217, 226, 234, 246, 251, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 279, 281, 283

P

Parintins 126, 127, 128, 129, 131, 132, 137, 138

Pesquisa exploratória 217, 228

Popularização da ciência 169, 170, 173, 174, 175, 176, 181, 182

Pós-verdade 196, 197, 198, 206

Produção de conteúdo 3, 7, 8, 40, 41, 45, 47, 48, 49, 50, 89, 101, 267

Publicidade infantil 152

R

Rádio 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 72, 96, 171, 266

Redações convergentes 40, 41, 51

Regionalização 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51

Residência hill 264, 265, 268, 269, 270, 271, 275, 276

S

Serguei eisenstein 230, 239

Sites de redes sociais 76, 79, 87

Streaming 217, 220, 222, 223, 229, 264, 265, 266, 267, 268, 271, 275

T

Tecnologia 6, 45, 65, 67, 70, 74, 88, 98, 124, 126, 127, 142, 143, 151, 158, 171, 172, 174, 176, 178, 180, 182, 183, 210, 212, 239, 241, 242, 244, 248, 266, 268, 278, 279

Transparência 57, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 159, 170

Twitter 72, 76, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 116, 150, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 204, 254

U

Universidades federais mineiras 89

Uso e gratificações 217, 218

V

Violência 27, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 44, 95, 181, 187, 192, 200, 254, 258

Visibilidade 31, 38, 60, 89, 90, 91, 93, 97, 100, 101, 109, 184, 185, 188, 195

 **Atena**
Editora

2 0 2 0